FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA N° 01/2020 - DE 14/08/2020 a 13/10/2020

NOME: Ipiranga Produtos de Petróleo

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ( X ) agente econômico  ( ) consumidor ou usuário | | ( ) representante órgão de classe ou associação  ( ) representante de instituição governamental  ( ) representante de órgãos de defesa do consumidor | |
| Consulta Pública sobre proposta de regulamentação associada ao acesso não discriminatório, por terceiros interessados, aos terminais aquaviários, existentes ou a serem construídos, para movimentação de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis | | | |
| ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | | JUSTIFICATIVA |
| Ausência da devida AIR | Em que pese a obrigação da elaboração de AIR pela ANP ser somente após abril/21 (Decreto 10.411/2020), o IBP entende que há vasta fundamentação, histórica e legal, para sua elaboração.  Além disso, os procedimentos de análise de impactos regulatórios, conforme respaldado pela OCDE, são o instrumento mundialmente utilizado para garantia de estabilidade e eficiência do ambiente regulatório, conferindo à economia de um País segurança e atraindo investimentos para setores produtivos, notadamente o de infraestrutura.  Não bastassem as fundamentações legais e recomendações técnicas, a elaboração da Análise de Impacto Regulatório constitui uma boa prática, especialmente útil em assuntos de maior complexidade. Entendemos que o alto impacto da revisão da portaria 251/2000 o torna mandatório pelos motivos listados abaixo:   * Mudança de cultura regulatória:   AIR é basilar para a garantia de estabilidade jurídica, fundamental para ocorrência de investimentos, notadamente em infraestrutura.   * Busca incessante pela eficiência: mandamento constitucional. * Em que pese a *vacatio* estabelecida no decreto, a LINDB gera responsabilização dos gestores que não considerarem, de modo fundamentado, as consequências de sua decisão. AIR não vai substituir a decisão, vai subsidiá-la. * A ANP é agência reguladora sólida, com fortes quadros técnicos, e plenas condições de realizar a AIR no caso da 251, independentemente da *vacatio* estabelecida. A Agência não está impedida de fazer a AIR (e já o fez, no caso da requalificação de recipientes transportáveis para GLP, em 2015). * Há necessidade de se trazer a visão de agentes de governo, como a ANTAQ, a Secretaria de Portos, o Ministério de Infraestrutura, a Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade, o Ministério da Economia, o PPI, entre outros, para o processo de elaboração   Desta forma, recomendamos fortemente a realização da AIR nível II a partir das contribuições dos agentes de mercado em reuniões e, especialmente, nos workshops realizados pela ANP em 28/9 e 05/10/2020 e nas contribuições à consulta pública nº 01/2020, com o intuito de avaliar, de forma estruturada e juntamente com os agentes de mercado, os elementos e redesenhos necessários para que a regulamentação em desenvolvimento possa ser efetiva em garantir o acesso ao mesmo tempo que promova as dinâmicas de mercado e a atração de investimentos.  Ao longo de nossas contribuições destacaremos elementos típicos que poderiam ser objeto de análises de impacto regulatório, demonstrando a clara necessidade de sua instrumentalização nas discussões sobre regras de acesso a terminais aquaviários.  A elaboração de uma nova minuta, a partir da AIR, seria submetida a novo processo de consulta e audiência públicas, novamente com ampla participação social, de forma a garantir que a norma implementada congregue os objetivos do Regulador e dos agentes de mercado, promovendo os almejados investimentos em infraestrutura e o desenvolvimento do país. | | A AIR tem sua fundamentação legal conforme a seguir:   * Pro-Reg (Decreto 6.062/2007) * LINDB (Decreto-lei 4.657/42, alterado pela Lei 13.655/18)   Artigo 20: Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único: A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face de possíveis alternativas.   * Lei da Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019) “Artigo 5: As propostas de edição de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório, que conterá as informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade do seu impacto econômico. Parágrafo único: Regulamento disporá sobre a data de início da exigência de que trata o caput deste artigo e sobre o conteúdo, a metodologia da análise de impacto regulatório, os quesitos mínimos a serem objeto de exame, as hipóteses em que será obrigatória a sua realização e as hipóteses em que poderá ser dispensada.” * Lei das Agências Reguladoras (Lei 13.848/2019) “Artigo 4: A Agência Reguladora deverá observar, em suas atividades a devida adequação entre os meios e os fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquela necessária ao atendimento do interesse público. Artigo 5: A Agência Reguladora deverá indicar os pressupostos de fato e de direito que determinarem suas decisões, inclusive a respeito da edição ou não de atos normativos. Artigo 6: A adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão, nos termos de regulamento, precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo”   Além disso, cabe destacar que a própria ANP apresentou modificações substanciais em sua proposta original no workshop realizado em 28/09/2020, as quais não puderam ser aprofundadas adequadamente, dado o prazo limite para o envio de contribuições se encerrar em 13/10/2020, , o que, *per s*i, justificaria a realização de uma nova consulta pública, precedida da devida AIR.. |
| CAPÍTULO I  DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES  Art. 1º  § 1º Estão sujeitos a esta Resolução os terminais aquaviários, situados dentro ou fora da área do porto organizado, quer oceânicos, marítimos, lacustres ou fluviais.  § 2º Não estão sujeitos a esta Resolução:  I - as instalações portuárias utilizadas exclusivamente para apoio offshore autorizadas a operar como terminal de uso privado (TUP);  II - as operações de transferência entre embarcações não atracadas, para transbordo de petróleo, de derivados de petróleo, de derivados de gás natural e de biocombustíveis;  III - as instalações portuárias utilizadas para movimentação e armazenamento de metanol que não movimentem ou armazenem petróleo, derivados de petróleo, derivados de gás natural ou biocombustíveis; e  I - os terminais de GNL. | CAPÍTULO I  DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES  Art. 1º  § 1º Estão sujeitos a esta Resolução os terminais aquaviários, situados dentro ou fora da área do porto organizado, quer oceânicos, marítimos, lacustres ou fluviais, desde que, cumulativamente e resguardado o direito de preferência, sejam atendidos os seguintes requisitos:  I – Existência de viabilidade técnica do compartilhamento;  II - Existência de capacidade disponível, não momentânea, na infraestrutura;  III - Ausência de risco para o regular abastecimento da região;  IV - Não prejuízo dos contratos vigentes já estabelecidos  § 2º Na impossibilidade de atendimento ao requisito estabelecido no § 1º, inciso I, o acesso de terceiro interessado poderá ser concedido mediante a observância das seguintes condições:  I - Inviabilidade de acesso outros terminais  II - Possibilidade de ampliação/expansão da capacidade do terminal  III - Assinatura de contrato firme com o operador  ~~§ 2º~~ § 3º Não estão sujeitos a esta Resolução:  I - as instalações portuárias utilizadas exclusivamente para apoio offshore autorizadas a operar como terminal de uso privado (TUP);  II - as operações de transferência entre embarcações não atracadas, para transbordo de petróleo, de derivados de petróleo, de derivados de gás natural e de biocombustíveis;  III - as instalações portuárias utilizadas para movimentação e armazenamento de metanol que não movimentem ou armazenem petróleo, derivados de petróleo, derivados de gás natural ou biocombustíveis; e  IV - os terminais de GNL.  V - as instalações portuárias habilitadas, perante a ANP, a operar como base de distribuição *conforme RANP 784/2019, art. 3º, II e III* | | O acesso a terceiro interessado deve ser concedido em todos os terminais. Contudo, de forma a atrair investimentos, dar segurança jurídica, não onerar excessivamente o investidor, garantir a eficiência e não comprometer a essencialidade do produto, alguns critérios devem ser observados. Estes critérios são importantes para que se garanta o regular abastecimento e não haja um estímulo aos free riders, com consequente estagnação do desenvolvimento da infraestrutura  Importante reforçar que as bases de distribuição não estão submetidas as regras de acesso, visto que possuem características e obrigações distintas dos terminais, além de regulamentação própria. Possuem vocação para garantir o abastecimento regional suportando a operação das distribuidoras proprietárias, movimentam cargas próprias, não têm foco em atender terceiros, cumprem exigências de estoque mínimo, atuam em função do atendimento aos clientes dos distribuidores, não dimensionadas para prestação de serviço, podem movimentar cargas prioritariamente por via rodoviária, não necessariamente pela via aquaviária. |
| Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:  I - capacidade de movimentação contratada: volume mensal de produtos que o operador se encontra obrigado a movimentar para o carregador;  II - capacidade de movimentação disponível: diferença entre a capacidade operacional de movimentação e o somatório da capacidade de movimentação contratada;  III - capacidade de movimentação ociosa: diferença entre o somatório da capacidade de movimentação contratada e do volume mensal de produtos efetivamente programado para movimentação;  IV - capacidade estática ou capacidade instalada: limite máximo operacional, total de volume que a tancagem do terminal pode armazenar, para cada classe de produto definida na Norma ABNT NBR 17.505;  V - capacidade estática contratada: volume mensal de produtos que o operador se encontra obrigado a armazenar, por tempo determinado, para o carregador;  VI - capacidade estática disponível: diferença entre a capacidade estática e a capacidade estática contratada, considerando o lastro operacional;  VII - capacidade estática ociosa: diferença a capacidade estática contratada e o somatório do volume mensal de armazenagem de produtos efetivamente programado pelos carregadores;  VIII - capacidade operacional de movimentação: máximo volume operacional que o operador pode movimentar, para cada classe de produto definida na Norma ABNT NBR 17.505, consideradas as condições operacionais vigentes;  IX - carregador: pessoa jurídica, ou consórcio dessas, usuária dos serviços prestados pelo operador, e proprietária ou possuidora dos produtos, incluindo o carregador proprietário;  X - carregador proprietário: pessoa jurídica, ou consórcio dessas, que é, simultaneamente, carregador e proprietária de terminal aquaviário, situado fora do porto organizado;  XI - Condições Gerais de Serviço do Terminal (CGST): documento com versão controlada e integrante do contrato de serviço do terminal, contendo o conjunto de informações, regras e regulamentos para a prestação de serviços pelo terminal aquaviário;  XII - contrato de serviço do terminal ou contrato: qualquer contrato firmado entre o carregador e o operador para prestação de serviços no terminal, incluindo seus aditivos;  XIII - data limite: décimo quinto dia do mês anterior ao mês em que ocorrerá a movimentação de produtos no terminal aquaviário;  XIV - disponibilidade: informações sobre capacidade disponível, considerando-se a conjugação das ocupações dos sistemas de atracação e dos sistemas de armazenagem, de carga e de descarga, de recebimento e de expedição de produtos, em atendimento a contratos, que deverão ser registradas nas programações;  XV - estação de transbordo de cargas (ETC): instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora da área do porto organizado e utilizada exclusivamente para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem;  XVI - instalação portuária: instalação localizada dentro ou fora da área do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros ou em movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário;  XVII - lastro operacional: volume da tancagem que o operador necessita para realizar suas operações;  XVIII - movimentação de produtos: escoamento de produtos pelo terminal aquaviário durante operações de recebimento ou expedição por qualquer tipo de modal (aquaviário, dutoviário, rodoviário ou ferroviário), e, se preciso, a armazenagem desses pelo tempo necessário para a execução de tais operações, de acordo com as características de cada terminal aquaviário;  XIX - negativa de acesso: comunicação formal emitida pelo operador, de acordo com o formato previsto nos termos de acesso, informando ao terceiro interessado da impossibilidade de atendimento da solicitação de serviço;  XX - operador: pessoa jurídica, ou consórcio dessas, autorizada pela ANP a operar o terminal e a prestar os serviços de movimentação de produtos no terminal;  XXI - porto organizado: bem público construído e aparelhado para atender a necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição de autoridade portuária;  XXII - preferência do proprietário: volume de produto garantido para armazenagem para o carregador proprietário, para movimentação ou armazenagem de seus próprios produtos em um terminal aquaviário privado, situado fora do porto organizado;  XXIII - produtos: petróleo, derivados de petróleo, derivados de gás natural e biocombustíveis;  ~~XXIV - programação extemporânea: programação preparada pelo operador para o atendimento das solicitações de serviço efetuadas após a data limite;~~  ~~XXV - programação prévia: programação mensal preparada pelo operador para o atendimento das solicitações de serviço efetuadas até a data limite;~~  XXVI - serviço de armazenagem: serviço de estocagem de produtos;  XXVII - serviço de movimentação: serviço de movimentação de produtos, incluindo carregamento, descarregamento, transbordo, além de serviços complementares e correlatos;  XXVIII - serviço padronizado: serviço prestado pelo operador para os carregadores, cujas condicionantes para atendimento são conhecidas e dispostas nas Condições Gerais de Serviço do Terminal;  XXIX - solicitação de serviço ou de acesso: formulário para comunicação formal emitida pelo terceiro interessado, de acordo com o formato previsto nos termos de acesso, informando ao operador das suas necessidades de acesso ao terminal;  XXX - terceiro interessado ou interessado: pessoa jurídica, ou consórcio dessas, que solicita acesso ao operador, para fins de uso das instalações de movimentação ou de armazenagem de produtos do terminal aquaviário;  XXXI - terminal aquaviário ou terminal: instalação portuária, explorada mediante autorização da ANP, do tipo marítimo, fluvial ou lacustre, especializada na movimentação de produtos, que possui tancagem para armazenamento e interligação a equipamentos que possibilitam o carregamento e descarregamento de navios e barcaças por meio de dutos portuários, mangotes e braços de carregamento, tais como píeres de atracação ou cais acostável, monoboias, quadros de boias e outros;  XXXII - terminal de uso privado (TUP): instalação portuária explorada mediante autorização e localizada fora da área do porto organizado; e  XXXIII - termos de acesso: documento que contém informações suficientes para a contratação dos serviços padronizados do terminal. | Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:  ~~I - capacidade de movimentação contratada: volume mensal de produtos que o operador se encontra obrigado a movimentar para o carregador;~~  ~~II - capacidade de movimentação disponível: diferença entre a capacidade operacional de movimentação e o somatório da capacidade de movimentação contratada;~~  ~~III - capacidade de movimentação ociosa: diferença entre o somatório da capacidade de movimentação contratada e do volume mensal de produtos efetivamente programado para movimentação;~~  IV - capacidade estática ou capacidade instalada: limite máximo operacional, total de volume que a tancagem do terminal pode armazenar, para cada classe de produto definida na Norma ABNT NBR 17.505;  V - capacidade estática contratada: volume mensal de produtos que o operador se encontra obrigado, por força contratual, a disponibilizar ~~a armazenar, por tempo determinado,~~ para o carregador;  VI - capacidade estática disponível: diferença entre a capacidade estática e a capacidade estática contratada, considerando o lastro operacional;  VII - capacidade estática ociosa: diferença a capacidade estática contratada e o somatório do volume mensal de armazenagem de produtos efetivamente ~~programado~~ realizados pelos carregadores;  ~~VIII - capacidade operacional de movimentação: máximo volume operacional que o operador pode movimentar, para cada classe de produto definida na Norma ABNT NBR 17.505, consideradas as condições operacionais vigentes;~~  IX - carregador: pessoa jurídica, ou consórcio dessas, usuária dos serviços prestados pelo operador, e proprietária ou possuidora dos produtos, incluindo o carregador proprietário;  X - carregador proprietário: pessoa jurídica, ou consórcio dessas, que é, simultaneamente, carregador e proprietária, ou arrendatária, de terminal aquaviário~~, situado fora do porto organizado;~~  XI - Condições Gerais de Serviço do Terminal (CGST): documento com versão controlada e integrante do contrato de serviço do terminal, contendo o conjunto de informações, regras e regulamentos para a prestação de serviços pelo terminal aquaviário;  XII - contrato de serviço do terminal ou contrato: qualquer contrato firmado entre o carregador e o operador para prestação de serviços no terminal, incluindo seus aditivos;  ~~XIII - data limite: décimo quinto dia do mês anterior ao mês em que ocorrerá a movimentação de produtos no terminal aquaviário;~~  XIV - disponibilidade: informações sobre capacidade estática disponível, considerando-se ~~a conjugação das ocupações dos sistemas de atracação e dos sistemas de armazenagem, de carga e de descarga, de recebimento e de expedição de produtos~~, ~~em~~ o atendimento a contratos, que deverão ser registradas nas programações;  XV - estação de transbordo de cargas (ETC): instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora da área do porto organizado e utilizada exclusivamente para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem;  XVI - instalação portuária: instalação localizada dentro ou fora da área do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros ou em movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário;  XVII - lastro operacional: volume da tancagem que o operador necessita para realizar suas operações;  XVIII - movimentação de produtos: escoamento de produtos pelo terminal aquaviário durante operações de recebimento ou expedição por qualquer tipo de modal (aquaviário, dutoviário, rodoviário ou ferroviário), e, se preciso, a armazenagem desses pelo tempo necessário para a execução de tais operações, de acordo com as características de cada terminal aquaviário;  XIX - negativa de acesso: comunicação formal emitida pelo operador, de acordo com o formato previsto nos termos de acesso, informando ao terceiro interessado da impossibilidade de atendimento da solicitação de serviço;  XX - operador: pessoa jurídica, ou consórcio dessas, autorizada pela ANP a operar o terminal e a prestar os serviços de movimentação de produtos no terminal;  XXI - porto organizado: bem público construído e aparelhado para atender a necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição de autoridade portuária;  XXII - preferência do proprietário: volume de produto garantido para armazenagem para o carregador proprietário, para movimentação ou armazenagem de seus próprios produtos em um terminal aquaviário situado dentro ou fora de porto público ~~privado, situado fora do porto organizado~~;  XXIII - produtos: petróleo, derivados de petróleo, derivados de gás natural e biocombustíveis;  ~~XXIV - programação extemporânea: programação preparada pelo operador para o atendimento das solicitações de serviço efetuadas após a data limite;~~  ~~XXV - programação prévia: programação mensal preparada pelo operador para o atendimento das solicitações de serviço efetuadas até a data limite;~~  XXVI - serviço de armazenagem: serviço de estocagem de produtos;  XXVII - serviço de movimentação: serviço de movimentação de produtos, incluindo carregamento, descarregamento, transbordo, além de serviços complementares e correlatos;  XXVIII - serviço padronizado: serviço prestado pelo operador para os carregadores, cujas condicionantes para atendimento são conhecidas e dispostas nas Condições Gerais de Serviço do Terminal;  XXIX - solicitação de serviço ou de acesso: ~~formulário para~~ comunicação formal emitida pelo terceiro interessado, ~~de acordo com o formato previsto nos termos de acesso,~~ informando ao operador das suas necessidades de acesso ao terminal;  XXX - terceiro interessado ou interessado: pessoa jurídica, ou consórcio dessas, que formalmente solicita acesso ao operador, para fins de uso das instalações de movimentação ou de armazenagem de seus produtos no terminal aquaviário mediante contratação de serviços de movimentação e armazenagem;  XXXI - terminal aquaviário ou terminal: instalação portuária, explorada mediante autorização da ANP, do tipo marítimo, fluvial ou lacustre, especializada na movimentação de produtos, que possui tancagem para armazenamento e interligação a equipamentos que possibilitam o carregamento e descarregamento de navios e barcaças por meio de dutos portuários, mangotes e braços de carregamento, tais como píeres de atracação ou cais acostável, monoboias, quadros de boias e outros;  XXXII - terminal de uso privado (TUP): instalação portuária explorada mediante autorização e localizada fora da área do porto organizado; e  XXXIII - termos de acesso: documento que contém informações suficientes para a contratação dos serviços padronizados do terminal.  XXXIV – Grupo Econômico: é o grupo formalmente constituído por empresas nos termos do art. 265, da Lei 6.404/1976 ou o grupo constituído de fato, composto por empresas vinculadas entre si por relação de controle direto ou indireto em comum, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 243, da Lei 6.404/1976, ou conforme o disposto no art. 1097, no art. 1098 e no art. 1099 do Código Civil, ou, ainda, por empresas que demonstrem interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes, conforme artigo 2º, parágrafo 3º, da CLT) | | As definições de capacidade devem abranger apenas capacidade estática, que é aquela autorizada para o terminal armazenar.  Os conceitos referentes à movimentação não devem ser abordados. A capacidade de movimentação dependerá, além das condições operacionais do terminal, da vazão de retirada de produtos do carregador, variando conforme demanda, tipo de produto, sazonalidade, PPI, etc.  Não há justificativa para conferir tratamento distinto entre TUP e arrendamento na preferência do proprietário na movimentação de cargas, vez que os arrendatários têm direito de uso e fruição do bem durante o prazo do arrendamento portuário. Este tratamento díspar apenas desincentiva a exploração de arrendamentos, aumentando a concorrência assimétrica entre TUP e terminal público, o gera fuga de investimentos nos portos organizados.  O direito de preferência deve ser atemporal, ilimitado, poder ser exercido independentemente da localização do terminal (porto público ou privado) e extensivo as empresas dentro de um mesmo grupo econômico  O Direito de preferência deve poder ser exercido sempre que houver interesse do carregador proprietário/arrendatário e houver capacidade disponível no terminal;  A regulação do direito de preferência deve considerar que o proprietário, ao realizar o investimento, possui a expectativa de utilizá-lo. Ao vedar, limitar ou revisar o direito de preferência, a ANP acaba por diminuir a atratividade nos investimentos e extrapolar a competência legal que lhe foi conferida.  No que tange a inexistência da preferência em porto público, conceito trazido pela ANP na proposta em tela, é importante ressaltar que os arrendatários, apesar de explorarem bem público dentro do porto organizado, possuem o direito de uso e fruição do terreno e instalações do terminal. Isto porque, com a celebração do contrato de arrendamento, haverá uma cessão de uso privativo de bem público ao arrendatário, conferindo direito para que este explore o terminal durante o prazo acordado. Assim, por mais que a titularidade do bem seja pública, o arrendatário tem direito de fruição do terminal, como se proprietário fosse, durante o prazo do arrendamento. Tal situação se assemelha em muito à situação do autorizatário que explora um TUP e possui apenas a posse do terreno. |
| CAPÍTULO II  DO ACESSO NÃO DISCRIMINATÓRIO  Art. 3º O operador deve permitir o acesso não discriminatório e o uso do terminal aos interessados, mediante remuneração adequada e observadas as normas desta Resolução.  § 1º O acesso não discriminatório de que trata esta Resolução não se confunde com a utilização em caráter excepcional de instalações portuárias arrendadas ou exploradas por concessionária, definida no art. 7º da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.  § 2º É vedado ao operador demonstrar preferência ou diferenciação injustificada no atendimento de pedidos de terceiros interessados, com relação a qualquer carregador, inclusive ao carregador proprietário.  § 3º O uso do terminal inclui os sistemas de carga e descarga, os dutos portuários integrantes do terminal, os sistemas de armazenagem de produtos e demais sistemas complementares do terminal, desde que esses sejam indispensáveis para a movimentação de produtos.  § 4º O terceiro interessado pode usar o navio estacionário que funciona como tancagem flutuante quando esse for utilizado para prestação de serviços pelo operador do terminal.  § 5º O operador deve atender às solicitações de acesso por ordem de chegada. | CAPÍTULO II  DO ACESSO NÃO DISCRIMINATÓRIO  Art. 3º O operador deve permitir o acesso não discriminatório e o uso do terminal aos interessados, mediante ~~remuneração adequada~~ contratação de serviços conforme condições determinadas pelos terminais enquadrados nesta norma e observadas as normas desta Resolução.  § 1º O acesso não discriminatório de que trata esta Resolução não se confunde com a utilização em caráter excepcional de instalações portuárias arrendadas ou exploradas por concessionária, definida no art. 7º da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.  § 2º É vedado ao operador demonstrar preferência ou diferenciação injustificada no atendimento de pedidos de terceiros interessados, com relação a qualquer carregador, inclusive ao carregador proprietário.  § 3º O uso do terminal inclui os sistemas de carga e descarga, os dutos portuários integrantes do terminal, os sistemas de armazenagem de produtos e demais sistemas complementares do terminal, desde que esses sejam indispensáveis para a movimentação de produtos e desde que obedeçam às regras convencionadas nos contratos de utilização e armazenagem.  § 4º O terceiro interessado pode usar o navio estacionário que funciona como tancagem flutuante quando esse for utilizado para prestação de serviços pelo operador do terminal.  ~~§ 5º O operador deve atender às solicitações de acesso por ordem de chegada.~~ | |  |
| Art. 4º O operador deve encaminhar para a ANP, por meio eletrônico, todas as negativas de acesso emitidas, em até seis dia úteis, contados da data limite.  § 1º O operador deve prover, em seu sítio eletrônico, um formulário para que os terceiros interessados registrem suas contestações quanto às negativas de acesso.  § 2º Na hipótese de existência, a contestação por parte do terceiro interessado deve ser encaminhada para a ANP, juntamente com a negativa de acesso correspondente.  § 3º Todas as negativas de acesso precisam ser devidamente motivadas, justificadas e elaboradas pelo funcionário responsável, designado pelo operador, que deverá estar devidamente identificado como signatário no documento.  § 4º A negativa de acesso emitida com a justificativa de risco ao abastecimento nacional de combustíveis terá eficácia se acompanhada de manifestação favorável da ANP. | Art. 4º Sempre que solicitado, o operador deverá encaminhar para a ANP, por meio eletrônico, todas as negativas de acesso emitidas, em até 30 dia úteis.  ~~§ 1º O operador deve prover, em seu sítio eletrônico, um formulário para que os terceiros interessados registrem suas contestações quanto às negativas de acesso.~~  § 2º Na hipótese de existência, a contestação por parte do terceiro interessado deve ser encaminhada para a ANP, juntamente com a negativa de acesso correspondente.  § 3º Todas as negativas de acesso precisam ser devidamente motivadas, justificadas e elaboradas ~~pelo funcionário responsável, designado~~ pelo operador, ~~que deverá estar devidamente identificado como signatário no documento~~.  ~~§ 4º A negativa de acesso emitida com a justificativa de risco ao abastecimento nacional de combustíveis terá eficácia se acompanhada de manifestação favorável da ANP.~~ | |  |
| Art. 7º Os operadores ficam obrigados a permitir a conexão dutoviária destes com instalações de terceiros interessados, respeitados os contratos vigentes, as regras da Administração Portuária, as normas de segurança e as Condições Gerais de Serviço do Terminal.  § 1º Para a realização de conexões dutoviárias de que trata o caput, o terceiro interessado é responsável por firmar contratos de passagem e pela obtenção de licenças. | Art. 7º Os operadores ficam obrigados a permitir, mediante contrato de interligação remunerado acordado entre as partes, a conexão dutoviária destes com instalações de terceiros interessados, respeitados o direito de preferência do proprietário, a capacidade das instalações, as projeções de utilização, os contratos vigentes, as regras da Administração Portuária, as normas de segurança e as Condições Gerais de Serviço do Terminal.  § 1º Para a realização de conexões dutoviárias de que trata o caput, o terceiro interessado é responsável por firmar contratos de passagem e pela obtenção de licenças. | |  |
| Art. 8º O operador é obrigado a elaborar os termos de acesso para cada terminal. | ~~Art. 8º O operador é obrigado a elaborar os termos de acesso para cada terminal.~~ | |  |
| CAPÍTULO III  DA PROGRAMAÇÃO  Art. 9º O operador de terminal deve elaborar as programações prévia e extemporânea, visando à máxima utilização da capacidade de transporte do terminal, sem prejuízo dos direitos dos carregadores.  § 1º Os volumes da preferência do proprietário e dos contratos já firmados com outros carregadores somente devem ser considerados pelo operador na elaboração da programação prévia.  § 2º O operador deve confirmar a solicitação de serviço na programação prévia ou justificar sua negativa por meio do documento de negativa de acesso em até três dia úteis, contados da data limite.  § 3º O operador pode propor ao terceiro interessado ajustes para atendimento da solicitação de serviço na programação prévia, desde que seja atendido o prazo do § 2º.  § 4º Havendo ociosidade ou disponibilidade e sendo apresentadas solicitações de serviço por terceiros interessados a movimentar ou armazenar produtos em programação extemporânea, os operadores deverão confirmá-las, podendo incluir proposições de ajustes, ou justificar sua negativa, em até um dia útil, contado da data de apresentação de cada solicitação de serviço.  § 5º Ajustes nas programações que gerem capacidade estática ociosa ou capacidade de movimentação ociosa devem ser informados, pelo operador, em até um dia útil, para todos os que receberam negativas de acesso relacionadas à programação que foi alterada.  § 6º No critério de alocação utilizado na programação prévia e extemporânea, o operador deve, sempre que possível, priorizar o atendimento aos pedidos relacionados aos dutos de transporte.  § 7º O operador deve considerar as Condições Gerais de Serviço do Terminal para responder aos pedidos de acesso, priorizando a segurança operacional do terminal. | ~~CAPÍTULO III~~  ~~DA PROGRAMAÇÃO~~  ~~Art. 9º O operador de terminal deve elaborar as programações prévia e extemporânea, visando à máxima utilização da capacidade de transporte do terminal, sem prejuízo dos direitos dos carregadores.~~  ~~§ 1º Os volumes da preferência do proprietário e dos contratos já firmados com outros carregadores somente devem ser considerados pelo operador na elaboração da programação prévia.~~  ~~§ 2º O operador deve confirmar a solicitação de serviço na programação prévia ou justificar sua negativa por meio do documento de negativa de acesso em até três dia úteis, contados da data limite.~~  ~~§ 3º O operador pode propor ao terceiro interessado ajustes para atendimento da solicitação de serviço na programação prévia, desde que seja atendido o prazo do § 2º.~~  ~~§ 4º Havendo ociosidade ou disponibilidade e sendo apresentadas solicitações de serviço por terceiros interessados a movimentar ou armazenar produtos em programação extemporânea, os operadores deverão confirmá-las, podendo incluir proposições de ajustes, ou justificar sua negativa, em até um dia útil, contado da data de apresentação de cada solicitação de serviço.~~  ~~§ 5º Ajustes nas programações que gerem capacidade estática ociosa ou capacidade de movimentação ociosa devem ser informados, pelo operador, em até um dia útil, para todos os que receberam negativas de acesso relacionadas à programação que foi alterada.~~  ~~§ 6º No critério de alocação utilizado na programação prévia e extemporânea, o operador deve, sempre que possível, priorizar o atendimento aos pedidos relacionados aos dutos de transporte.~~  ~~§ 7º O operador deve considerar as Condições Gerais de Serviço do Terminal para responder aos pedidos de acesso, priorizando a segurança operacional do terminal.~~ | | A programação de um terminal é dinâmica e susceptível a fatores diversos, sejam eles operacionais, sejam fortuitos.  O operador deve ter plenas condições de gerenciar a operação do terminal, estabelecendo e definindo as melhores condições para cada tipo de ativo.  A definição de critérios únicos de programação pela ANP não refletirá as particularidades de cada ativo, podendo ter efeitos negativos na eficiência da instalação.  Desta forma, entende-se que cada terminal deverá estabelecer critérios próprios, devendo a ANP fiscalizar e atuar caso desvios sejam apurados. |
| CAPÍTULO IV  DOS CONTRATOS  Art. 10 Os serviços do terminal são prestados exclusivamente pelo operador autorizado pela ANP, mediante remuneração adequada, com base em critérios previamente estabelecidos, e nos termos do respectivo contrato.  § 1º Os contratos podem prever acordo de nível de serviço, com obrigação de cumprimento de prazos máximos de execução por tipo de operação contratada, incluindo multa por descumprimento ao operador e previsão de rescisão contratual sem penalidades ao carregador, no caso de descumprimento contumaz dos níveis de serviço pelo operador.  § 2º A ANP pode exigir mudanças nas cláusulas contratuais dos contratos, mediante fundamentação em processo administrativo próprio.  § 3º Todos os contratos firmados entre carregadores e operadores, incluindo o carregador proprietário, devem possuir ou incluir cláusula para determinar multa para o caso de serviços programados e não executados, quando não houver a comunicação prévia e tempestiva.  § 4º Os operadores devem encaminhar previamente para a ANP a minuta dos contratos nos quais não estejam previstos o uso do princípio da fungibilidade e os que exijam alocação de tancagem exclusiva para um único carregador. | CAPÍTULO IV  DOS CONTRATOS  Art. 10 Os serviços do terminal são prestados exclusivamente pelo operador autorizado pela ANP, mediante remuneração ~~adequada~~ acordada entre as partes, com base em critérios previamente estabelecidos, e nos termos do respectivo contrato.  § 1º Os contratos podem prever acordo de nível de serviço, com obrigação de cumprimento de prazos máximos de execução por tipo de operação contratada, incluindo multa por descumprimento ao operador e previsão de rescisão contratual sem penalidades ao carregador, no caso de descumprimento contumaz dos níveis de serviço pelo operador.  ~~§ 2º A ANP pode exigir mudanças nas cláusulas contratuais dos contratos, mediante fundamentação em processo administrativo próprio.~~  ~~§ 3º Todos os contratos firmados entre carregadores e operadores, incluindo o carregador proprietário, devem possuir ou incluir cláusula para determinar multa para o caso de serviços programados e não executados, quando não houver a comunicação prévia e tempestiva.~~  ~~§ 4º Os operadores devem encaminhar previamente para a ANP a minuta dos contratos nos quais não estejam previstos o uso do princípio da fungibilidade e os que exijam alocação de tancagem exclusiva para um único carregador.~~ | | Deve ser livre o direito de negociação, devendo as partes interessadas acordarem o valor para a prestação de serviços e as cláusulas contratuais.  O intervencionismo e o excesso de burocracia geram ineficiências, aumentam o custo e trazem insegurança jurídica, reduzindo drasticamente o interesse de investidores no país. |
| Art. 11 As condicionantes comuns a todos os contratos devem ser dispostas nas Condições Gerais de Serviço do Terminal.  § 1º As Condições Gerais de Serviço do Terminal devem ser estabelecidas dentro das melhores técnicas de engenharia, de segurança e de proteção ao meio ambiente, respeitados os preceitos legais, com observância das determinações da Administração Portuária local e dos requisitos mínimos indicados no Anexo I desta Resolução.  § 2º O operador deve enviar para a ANP as Condições Gerais de Serviço do Terminal, previamente à assinatura dos contratos, caso o documento tenha sido revisto ou nunca tenha sido encaminhado. | Art. 11 As condicionantes comuns a todos os contratos devem ser dispostas nas Condições Gerais de Serviço do Terminal.  § 1º As Condições Gerais de Serviço do Terminal devem ser estabelecidas dentro das melhores técnicas de engenharia, de segurança e de proteção ao meio ambiente, respeitados os preceitos legais, com observância das determinações da Administração Portuária local e dos requisitos mínimos indicados no Anexo I desta Resolução.  ~~§ 2º O operador deve enviar para a ANP as Condições Gerais de Serviço do Terminal, previamente à assinatura dos contratos, caso o documento tenha sido revisto ou nunca tenha sido encaminhado.~~ | | Mais um exemplo de burocracia que deve ser evitada pela ANP |
| Art. 12 É vedada a contratação de longo prazo realizada com um único carregador, incluindo o carregador proprietário, que implicar direta ou indiretamente em utilização superior a 50% (cinquenta por cento) da capacidade estática, exceto quando se tratar de exclusividade de uso do terminal decorrente da preferência do proprietário em terminais de uso privado.  § 1º Para fins desta norma, é considerada contratação de longo prazo aquela que implique em reserva da capacidade estática do terminal por período superior a dois anos.  § 2º Findo o prazo do contrato citado no caput, o operador de terminal fica obrigado a realizar oferta pública da capacidade, por meio do seu sítio eletrônico na Internet, para a manifestação de interessados.  § 3º O percentual definido no caput inclui o uso das capacidades do terminal tanto para os produtos nacionais quanto para os importados.  § 4º Quando o operador precisar ultrapassar o percentual definido no caput para armazenagem de produtos não regulados pela ANP, deverá solicitar a exclusão dessa tancagem da autorização outorgada pela ANP.  § 5º As contratações realizadas para viabilizar a prestação de serviço de transporte dutoviário na modalidade firme, conforme previsto na Resolução ANP nº 35, de 13 de novembro de 2012 devem ser submetidas à apreciação da ANP para fins de isenção excepcional do cumprimento ao disposto no caput. | ~~Art. 12 É vedada a contratação de longo prazo realizada com um único carregador, incluindo o carregador proprietário, que implicar direta ou indiretamente em utilização superior a 50% (cinquenta por cento) da capacidade estática, exceto quando se tratar de exclusividade de uso do terminal decorrente da preferência do proprietário em terminais de uso privado.~~  ~~§ 1º Para fins desta norma, é considerada contratação de longo prazo aquela que implique em reserva da capacidade estática do terminal por período superior a dois anos.~~  ~~§ 2º Findo o prazo do contrato citado no caput, o operador de terminal fica obrigado a realizar oferta pública da capacidade, por meio do seu sítio eletrônico na Internet, para a manifestação de interessados.~~  ~~§ 3º O percentual definido no caput inclui o uso das capacidades do terminal tanto para os produtos nacionais quanto para os importados.~~  ~~§ 4º Quando o operador precisar ultrapassar o percentual definido no caput para armazenagem de produtos não regulados pela ANP, deverá solicitar a exclusão dessa tancagem da autorização outorgada pela ANP.~~  ~~§ 5º As contratações realizadas para viabilizar a prestação de serviço de transporte dutoviário na modalidade firme, conforme previsto na Resolução ANP nº 35, de 13 de novembro de 2012 devem ser submetidas à apreciação da ANP para fins de isenção excepcional do cumprimento ao disposto no caput.~~ | | Não deve haver limitação para contratação com um único agente;  Deve haver o livre direito de negociação entre as partes.  Quanto à limitação do terminal contratar com um único carregador mais do que 50% de sua capacidade por um período superior a dois anos, tal restrição inibirá novos investimentos, visto que os terminais utilizam contratos de longo prazo para lastrearem os projetos, garantindo o retorno sobre o capital investido; |
| Art. 13 O operador deve encaminhar para a ANP os extratos dos contratos em até quinze dias após a sua assinatura.  § 1º Os extratos devem conter a identificação das partes, os produtos, o prazo de vigência, a data de assinatura, os modais a serem utilizados pelo contratante e os volumes contratados para movimentação e para armazenagem, para cada produto. | ~~Art. 13 O operador deve encaminhar para a ANP os extratos dos contratos em até quinze dias após a sua assinatura.~~  ~~§ 1º Os extratos devem conter a identificação das partes, os produtos, o prazo de vigência, a data de assinatura, os modais a serem utilizados pelo contratante e os volumes contratados para movimentação e para armazenagem, para cada produto.~~ | | Mais um exemplo de burocracia que deve ser evitada pela ANP |
| CAPÍTULO V  DA CESSÃO DE CAPACIDADE  Art. 14 O carregador poderá ceder a capacidade contratada, respeitadas as mesmas condições acordadas com o operador e as Condições Gerais de Serviço do Terminal.  § 1º Efetivada a cessão, o carregador cedente deverá encaminhar o extrato do contrato para a ANP e indicar ao operador os dados do terceiro interessado, permanecendo como responsável mediante o operador pelo pagamento dos serviços contratados.  § 2º O carregador proprietário que não desejar fazer uso da preferência do proprietário deverá abrir mão da capacidade contratada, sendo vedada a cessão desse tipo de capacidade. | CAPÍTULO V  DA CESSÃO DE CAPACIDADE  Art. 14 O carregador poderá ceder a capacidade contratada, desde que previamente acordada em contrato e mediante anuência do operador, respeitadas as mesmas condições acordadas com o operador e as Condições Gerais de Serviço do Terminal.  ~~§ 1º Efetivada a cessão, o carregador cedente deverá encaminhar o extrato do contrato para a ANP e indicar ao operador os dados do terceiro interessado, permanecendo como responsável mediante o operador pelo pagamento dos serviços contratados.~~  ~~§ 2º O carregador proprietário que não desejar fazer uso da preferência do proprietário deverá abrir mão da capacidade contratada, sendo vedada a cessão desse tipo de capacidade.~~ | | Em relação à cessão de capacidade, tal instituto deve ser negociado em contrato, devendo o proprietário do terminal anuir com tal possibilidade.  Eventuais abusos e práticas anticompetitivas deverão ser avaliados e investigados pela ANP |
| CAPÍTULO VI  DAS OBRIGAÇÕES DO OPERADOR  Art. 15 É obrigação do operador elaborar e manter atualizados, com controle de versão e data de elaboração, os seguintes documentos:  I - Condições Gerais de Serviço do Terminal, cujo conteúdo mínimo obrigatório está definido no Anexo I;  II - formulário de solicitação de acesso, cujo conteúdo mínimo obrigatório está definido no Anexo II. | CAPÍTULO VI  DAS OBRIGAÇÕES DO OPERADOR  Art. 15 É obrigação do operador elaborar e manter atualizados, com controle de versão e data de elaboração, os seguintes documentos:  I - Condições Gerais de Serviço do Terminal, cujo conteúdo mínimo obrigatório está definido no Anexo I;  ~~II - formulário de solicitação de acesso, cujo conteúdo mínimo obrigatório está definido no Anexo II.~~ | |  |
| Art. 16 No exercício das suas atividades, o Operador fica obrigado a:  I - manter um centro de custo segregado para cada terminal na elaboração de seus demonstrativos contábeis, caso não tenha sido estabelecida Sociedade de Propósito Específico - SPE para a operação do terminal;  II - divulgar, em seu sítio de Internet, as seguintes informações referentes a cada um de seus terminais:  a) minutas dos tipos de contrato e dos seus anexos, em sua versão mais atual;  b) remuneração de referência para cada serviço padronizado;  c) programação prévia e extemporânea;  d) capacidades estáticas (contratada, ociosa e disponível);  e) capacidades de movimentação (contratada, ociosa e disponível);  f) histórico diário dos volumes movimentados por modal, conforme modelo definido no Anexo III; e  g) volumes de estoque por produto, do último dia do mês anterior.  III - manter, nas instalações do terminal, os registros das solicitações de serviço, suas respectivas confirmações ou negativas de acesso e demais documentos referentes às operações.  § 1º As versões dos documentos publicados e as informações solicitadas nos incisos II e III deverão permanecer disponíveis pelo período de sessenta meses.  § 2º A periodicidade de publicação das informações referentes às alíneas d a f do inciso II é diária.  § 3º As informações e documentos solicitados na alínea g do inciso II devem estar disponíveis até o dia cinco do mês subsequente ao que ocorreu a movimentação.  § 4º Os registros do cálculo da disponibilidade devem ser rastreáveis e são passíveis de auditoria pela ANP.  § 5º As informações de que trata o inciso II devem ser mantidas permanentemente atualizadas em área destacada e com acesso irrestrito em sua página na Internet, com registro da data de publicação. | Art. 16 No exercício das suas atividades, o Operador fica obrigado a:  ~~I - manter um centro de custo segregado para cada terminal na elaboração de seus demonstrativos contábeis, caso não tenha sido estabelecida Sociedade de Propósito Específico - SPE para a operação do terminal;~~  II - divulgar, em seu sítio de Internet, as seguintes informações referentes a cada um de seus terminais:  ~~a) minutas dos tipos de contrato e dos seus anexos, em sua versão mais atual;~~  b) remuneração de referência para cada serviço padronizado;  ~~c) programação prévia e extemporânea;~~  d) capacidades estáticas (contratada, ociosa e disponível);  ~~e) capacidades de movimentação (contratada, ociosa e disponível);~~  ~~f) histórico diário dos volumes movimentados por modal, conforme modelo definido no Anexo III; e~~  ~~g) volumes de estoque por produto, do último dia do mês anterior.~~  III - manter~~, nas instalações do terminal,~~ os registros das solicitações de serviço, suas respectivas confirmações ou negativas de acesso e demais documentos referentes às operações.  § 1º As versões dos documentos publicados e as informações solicitadas nos incisos II e III deverão permanecer disponíveis pelo período de sessenta meses.  § 2º A periodicidade de publicação das informações referentes às alíneas d e e ~~a f~~ do inciso II é ~~diária~~ anual.  ~~§ 3º As informações e documentos solicitados na alínea g do inciso II devem estar disponíveis até o dia cinco do mês subsequente ao que ocorreu a movimentação.~~  § 4º Os registros do cálculo da disponibilidade devem ser rastreáveis e são passíveis de auditoria pela ANP.  § 5º As informações de que trata o inciso II devem ser mantidas permanentemente atualizadas em área destacada e com acesso irrestrito em sua página na Internet, com registro da data de publicação. | | O operador dever ter total autonomia para gerenciar suas operações. O estabelecimento de regras e burocracias desvinculadas à garantia do abastecimento e a segurança operacional extrapolam a competência da ANP sobre o assunto e podem inibir o desenvolvimento de operações mais eficientes.  Como já observado anteriormente, o excesso de obrigações aumenta o custo regulatório, gera ineficiências e diminui a atratividade para investimentos futuros.  Pontualmente, temos que: (i) a divulgação de minutas de contratos restringe a livre negociação entre as partes; (ii) como já tratado, a programação, como definida pela ANP, não refletirá os aspectos operacionais de cada tipo de terminal; (iii) a capacidade de movimentação varia conforme diversos aspectos, sendo impossível ser estabelecida; (iv) o histórico diário de volume movimentado é uma informação concorrencialmente sensível, visto que há competição entre os diversos terminais; (v) volume de estoque no último dia do mês é um dado inócuo, visto que os terminais não possuem obrigação de estoque e que a natureza de sua atividade é, justamente o dinamismo; estoques altos ou baixos no fechamento do mês não refletirá se o terminal possui capacidade disponível ou ociosa |
| CAPÍTULO VII  DAS OBRIGAÇÕES DO CARREGADOR  Art. 17 O carregador deve comunicar aos Operadores que não fará uso da capacidade contratada, antes da data limite, para fins de contabilização como capacidade ociosa.  § 1º O carregador com movimentação confirmada na programação prévia fica obrigado a arcar com os custos do operador em caso de descumprimento da programação, salvo nas hipóteses definidas no contrato.  § 2º É vedado ao carregador fazer reservas no terminal e não as utilizar. | CAPÍTULO VII  DAS OBRIGAÇÕES DO CARREGADOR  Art. 17 ~~O carregador deve comunicar aos Operadores que não fará uso da capacidade contratada, antes da data limite, para fins de contabilização como capacidade ociosa.~~  ~~§ 1º~~ O carregador com movimentação confirmada na programação prévia fica obrigado a arcar com os custos do operador em caso de descumprimento da programação, salvo nas hipóteses definidas no contrato.  ~~§ 2º É vedado ao carregador fazer reservas no terminal e não as utilizar.~~ | | Mais uma vez, verifica-se o intervencionismo da ANP. O carregador deve poder utilizar a capacidade contratada conforme a sua própria dinâmica operacional. Cabe a ANP fiscalizar e avaliar, em conjunto com o CADE, as situações de flagrante pratica antieconômica. |
| Art. 18 O carregador é responsável pela qualidade dos produtos na entrega ao terminal. |  | |  |
| Art. 19 É obrigação do carregador, caso solicitado pelo operador, entregar volume de produto para formação de lastro operacional para realização dos serviços de movimentação. | Art. 19 É obrigação do carregador, caso solicitado pelo operador, entregar volume de produto para formação de lastro operacional para realização dos serviços de movimentação, que deverá rateado proporcionalmente entre todos os carregadores. | |  |
| CAPÍTULO VIII  DAS OBRIGAÇÕES DO INTERESSADO  Art. 20 O terceiro interessado deve solicitar acesso por meio da solicitação de serviço. | CAPÍTULO VIII  DAS OBRIGAÇÕES DO INTERESSADO  Art. 20 O terceiro interessado deve solicitar acesso por meio da solicitação de serviço ou do e-mail disponibilizado em sítio da internet. | |  |
| Art. 21 O terceiro interessado com solicitação de serviço confirmada pelo operador tem o seguinte prazo para ratificar o pedido de acesso e realizar a contratação dos serviços, salvo acordo entre as partes:  I - cinco dias úteis no caso de confirmação de uso da capacidade disponível; II - um dia útil no caso de confirmação de uso da capacidade ociosa. | Art. 21 O terceiro interessado com solicitação de serviço confirmada pelo operador tem ~~o seguinte prazo para~~ que ratificar o pedido de acesso e realizar a contratação dos serviços, ~~salvo~~ conforme acordo entre as partes:  ~~I - cinco dias úteis no caso de confirmação de uso da capacidade disponível; II - um dia útil no caso de confirmação de uso da capacidade ociosa.~~ | |  |
| CAPÍTULO IX  DOS DIREITOS DO OPERADOR  Art. 22 O operador pode reservar parte da tancagem para a realização de movimentação de produtos, prevista no art. 5º, ficando a capacidade estática utilizada para esta finalidade indisponível para contratação para fins de armazenagem. | CAPÍTULO IX  DOS DIREITOS DO OPERADOR  Art. 22 O operador pode reservar parte da tancagem para a realização de movimentação de produtos, ~~prevista no art. 5º~~, ficando a capacidade estática utilizada para esta finalidade indisponível para contratação para fins de armazenagem. | |  |
| Art. 23 O operador pode realizar inspeções definidas nas Condições Gerais de Serviço do Terminal e recusar embarcações ou outros veículos de transporte que não atendam às exigências previstas. |  | |  |
| Art. 24 O Operador pode recusar produtos cuja especificação não atenda o estabelecido nas Condições Gerais de Serviço do Terminal ou cuja movimentação não esteja prevista em contrato. |  | |  |
| Art. 25 O operador é responsável pela qualidade dos produtos armazenados no terminal e na devolução desses ao carregador.  Parágrafo único. O operador deve fazer uso do princípio da fungibilidade, desde que não estabelecido expressamente em contrário em contrato e devidamente justificado, conforme § 4º do art. 10. | Art. 25 O operador é responsável pela qualidade dos produtos armazenados no terminal e na devolução desses ao carregador.  Parágrafo único. O operador deve fazer uso do princípio da fungibilidade, desde que não estabelecido expressamente em contrário em contrato ~~e devidamente justificado, conforme § 4º do art. 10.~~ | |  |
| Art. 26 O Operador pode adotar as providências que se façam necessárias para a liberação do terminal no caso de não retirada de produtos pelo carregador no prazo máximo estabelecido no contrato, devendo solicitar anuência prévia da ANP para vender ou movimentar esses produtos. |  | |  |
| Art. 27 O operador pode definir a forma de aferição das perdas e sobras admissíveis, desde que a forma de apuração e os percentuais estejam definidos em contrato. |  | |  |
| Art. 28 O operador pode exigir do carregador volume de produto para formação de lastro operacional para realização dos serviços de movimentação, devendo o carregador receber o produto imediatamente ao final do contrato. | Art. 28 O operador pode exigir do carregador, de forma proporcional ao volume movimentado, volume de produto para formação de lastro operacional para realização dos serviços de movimentação, devendo o carregador receber o produto imediatamente ao final do contrato. | |  |
| Art. 29 O operador pode recusar o acesso ao terceiro interessado, caso comprovado que a confirmação da solicitação de acesso pelo interessado não obedeceu aos prazos estabelecidos no art. 21. |  | |  |
| CAPÍTULO X  DOS DIREITOS DO CARREGADOR  Art. 30 Na devolução dos produtos pelo operador, o carregador deve receber a mesma quantidade dos produtos originalmente armazenados, na mesma especificação de qualidade entregue pelo carregador, salvo perdas e sobras previstas em contrato.  § 1º Toda a perda de produtos não prevista em contrato deve ser ressarcida monetariamente pelo operador ao carregador.  § 2º O carregador deve receber o produto entregue ao operador para formação de lastro operacional, imediatamente ao final do contrato. |  | |  |
| CAPÍTULO XI  DA PREFERÊNCIA DO PROPRIETÁRIO  Art. 31 No terminal situado fora do porto organizado fica assegurado ao carregador proprietário, por meio da utilização da preferência do proprietário, o uso do terminal para a movimentação de seus próprios produtos até que exista encaminhamento para o operador de solicitação de acesso no uso das instalações.  § 1º O carregador que movimentar produtos em terminais situados em porto organizado não tem direito de preferência do proprietário.  § 2º Pessoas jurídicas coligadas, subsidiárias ou pertencentes ao mesmo grupo econômico do operador não têm direito à preferência do proprietário.  § 3º A preferência do proprietário pode ser reduzida por meio de requerimento do carregador proprietário.  § 4º É obrigação do operador encaminhar para a ANP, em até cinco dias úteis, as solicitações de acesso do terminal onde esteja usufruindo o direito previsto do caput.  § 5º O volume da tancagem do terminal comprovadamente contratado para fins de movimentação em oleoduto de transporte fica excluído da preferência do proprietário, sendo vinculado ao duto, devendo obedecer às regras de acesso impostas pela regulamentação de acesso dutoviário. | CAPÍTULO XI  DA PREFERÊNCIA DO PROPRIETÁRIO  Art. 31 No terminal aquaviário ~~situado fora do porto organizado~~ fica assegurado ao carregador proprietário, por meio da utilização da preferência do proprietário, o uso do terminal para a movimentação de seus próprios produtos ~~até que exista encaminhamento para o operador de solicitação de acesso no uso das instalações~~.  ~~§ 1º O carregador que movimentar produtos em terminais situados em porto organizado não tem direito de preferência do proprietário.~~  § 2º O direito de preferência também se aplica as pessoas jurídicas coligadas, subsidiárias ou pertencentes ao mesmo grupo econômico do operador ~~não têm direito à preferência do proprietário~~  ~~§ 3º A preferência do proprietário pode ser reduzida por meio de requerimento do carregador proprietário.~~  ~~§ 4º É obrigação do operador encaminhar para a ANP, em até cinco dias úteis, as solicitações de acesso do terminal onde esteja usufruindo o direito previsto do caput.~~  ~~§ 5º O volume da tancagem do terminal comprovadamente contratado para fins de movimentação em oleoduto de transporte fica excluído da preferência do proprietário, sendo vinculado ao duto, devendo obedecer às regras de acesso impostas pela regulamentação de acesso dutoviário.~~ | | Deve ser atemporal, ilimitado, poder ser exercido independentemente da localização do terminal (porto público ou privado) e extensivo as empresas dentro de um mesmo grupo econômico  O Direito de preferência deve poder ser exercido sempre que houver interesse do carregador proprietário/arrendatário e houver capacidade disponível no terminal;  Caso o proprietário/arrendatário deseje, poderá ofertar sua tancagem a terceiro interessado e deverá respeitar o contrato. Ao término do contrato, poderá voltar a exercer a preferência.  A regulação do direito de preferência deve considerar que o proprietário, ao realizar o investimento, possui a expectativa de utilizá-lo. Ao vedar, limitar ou revisar o direito de preferência, a ANP acaba por diminuir a atratividade nos investimentos e extrapolar a competência legal que lhe foi conferida.  No que tange a inexistência da preferência em porto público, conceito trazido pela ANP na proposta em tela, é importante ressaltar que os arrendatários, apesar de explorarem bem público dentro do porto organizado, possuem o direito de uso e fruição do terreno e instalações do terminal. Isto porque, com a celebração do contrato de arrendamento, haverá uma cessão de uso privativo de bem público ao arrendatário, conferindo direito para que este explore o terminal durante o prazo acordado. Assim, por mais que a titularidade do bem seja pública, o arrendatário tem direito de fruição do terminal, como se proprietário fosse, durante o prazo do arrendamento. Tal situação se assemelha em muito à situação do autorizatário que explora um TUP e possui apenas a posse do terreno.  Assim, depreende-se que não há justificativa para conferir tratamento distinto entre TUP e arrendamento na preferência do proprietário na movimentação de cargas, vez que os arrendatários têm direito de uso e fruição do bem durante o prazo do arrendamento portuário. Este tratamento díspar apenas desincentiva a exploração de arrendamentos, aumentando a concorrência assimétrica entre TUP e terminal público, o gera fuga de investimentos nos portos organizados. |
| Art. 33 O carregador proprietário deve encaminhar à ANP, quando solicitado, a proposta de preferência do proprietário para cada terminal contendo, no mínimo, as seguintes informações:  I - movimentações mensais próprias realizadas nos últimos três anos, discriminando os volumes para cada produto movimentado e o percentual de ocupação médio de cada tanque nos meses informados;  II - cópias dos contratos vigentes entre o operador e o carregador proprietário; e  III - documentos que justifiquem a necessidade de movimentação relativa ao volume requerido para fins de preferência do proprietário.  Parágrafo único. A ANP estabelecerá a preferência do proprietário, considerando a proposta apresentada pelo carregador proprietário, no prazo máximo de sessenta dias, contados do recebimento dessa. | ~~Art. 33 O carregador proprietário deve encaminhar à ANP, quando solicitado, a proposta de preferência do proprietário para cada terminal contendo, no mínimo, as seguintes informações:~~  ~~I - movimentações mensais próprias realizadas nos últimos três anos, discriminando os volumes para cada produto movimentado e o percentual de ocupação médio de cada tanque nos meses informados;~~  ~~II - cópias dos contratos vigentes entre o operador e o carregador proprietário; e~~  ~~III - documentos que justifiquem a necessidade de movimentação relativa ao volume requerido para fins de preferência do proprietário.~~  ~~Parágrafo único. A ANP estabelecerá a preferência do proprietário, considerando a proposta apresentada pelo carregador proprietário, no prazo máximo de sessenta dias, contados do recebimento dessa.~~ | | Como já citado, o Direito de preferência deve poder ser exercido sempre que houver interesse do carregador proprietário/arrendatário e houver capacidade disponível no terminal;  Caso o proprietário/arrendatário deseje, poderá ofertar sua tancagem a terceiro interessado e deverá respeitar o contrato. Ao término do contrato, poderá voltar a exercer a preferência.  A regulação do direito de preferência deve considerar que o proprietário, ao realizar o investimento, possui a expectativa de utilizá-lo. Ao vedar, limitar ou revisar o direito de preferência, a ANP acaba por diminuir a atratividade nos investimentos e extrapolar a competência legal que lhe foi conferida. |
| Art. 34 A ANP poderá revisar, motivadamente, a preferência do proprietário a qualquer tempo, considerando as solicitações de acesso e negativas de acesso. | ~~Art. 34 A ANP poderá revisar, motivadamente, a preferência do proprietário a qualquer tempo, considerando as solicitações de acesso e negativas de acesso.~~ | | Como já citado, o Direito de preferência deve poder ser exercido sempre que houver interesse do carregador proprietário/arrendatário e houver capacidade disponível no terminal;  Caso o proprietário/arrendatário deseje, poderá ofertar sua tancagem a terceiro interessado e deverá respeitar o contrato. Ao término do contrato, poderá voltar a exercer a preferência.  A regulação do direito de preferência deve considerar que o proprietário, ao realizar o investimento, possui a expectativa de utilizá-lo. Ao vedar, limitar ou revisar o direito de preferência, a ANP acaba por diminuir a atratividade nos investimentos e extrapolar a competência legal que lhe foi conferida. |
| CAPÍTULO XII  DAS REMUNERAÇÕES  Art. 35 As remunerações definidas pelo operador para a movimentação de produtos devem:  I - refletir as modalidades dos serviços, o porte das embarcações e a complexidade das operações;  II - considerar os volumes envolvidos, incluindo perdas e sobras admissíveis;  III - considerar as especificidades de cada produto movimentado;  IV - considerar a carga tributária vigente;  V - considerar um retorno justo e adequado do investimento, a partir de uma prestação de serviço eficiente;  VI - não ser discriminatórias, não incorporar custos atribuíveis a outros carregadores ou a outras instalações, nem incorporar subsídios de qualquer espécie, ou contrapartidas; e  VII - considerar os custos de operação e manutenção de cada terminal, isoladamente, podendo incluir uma adequada remuneração do investimento realizado. | CAPÍTULO XII  DAS REMUNERAÇÕES  Art. 35 As remunerações definidas pelo operador para a movimentação de produtos devem:  I - refletir as modalidades dos serviços, o porte das embarcações e a complexidade das operações;  II - considerar os volumes envolvidos, incluindo perdas e sobras admissíveis;  III - considerar as especificidades de cada produto movimentado;  IV - considerar a carga tributária vigente;  V - considerar um retorno justo e adequado do investimento, a partir de uma prestação de serviço eficiente;  VI - não ser discriminatórias~~, não incorporar custos atribuíveis a outros carregadores ou a outras instalações, nem incorporar subsídios de qualquer espécie, ou contrapartidas~~; e  VII - considerar os custos de operação, ~~e~~ manutenção e investimentos realizados em cada terminal~~, isoladamente, podendo incluir uma adequada remuneração do investimento realizado.~~ | | Aumentar a liberdade dos agentes em negociar as condições |
| CAPÍTULO XV  DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS  Art. 38 Os operadores de terminais que estiverem em operação na data de publicação desta Resolução, terão um prazo de até trinta dias, contados da mesma data, para encaminharem à ANP o extrato de todos os contratos vigentes. | ~~Art. 38 Os operadores de terminais que estiverem em operação na data de publicação desta Resolução, terão um prazo de até trinta dias, contados da mesma data, para encaminharem à ANP o extrato de todos os contratos vigentes.~~ | |  |
| Art. 39 O prazo para adaptação a esta Resolução das autorizações e dos contratos vigentes é de vinte e quatro meses, a contar da data de publicação. | Art. 39 O prazo para adaptação a esta Resolução das autorizações e dos contratos vigentes é de ~~vinte e quatro~~ trinta e seis meses, a contar da data de publicação. | |  |
| Art. 43 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.    DÉCIO FABRÍCIO ODDONE DA COSTA |  | |  |
| (a que se refere o inciso II, do art. 15 da Resolução ANP nº XXXX, de [DIA] de [MÊS] de [ANO])  CONTEÚDO DO FORMULÁRIO DA SOLICITAÇÃO DE ACESSO    Conteúdo mínimo do documento “solicitação de acesso”:    1. Data da solicitação  2. Terceiro interessado:  2.1. CNPJ da empresa solicitante  2.2. Razão social da empresa solicitante  2.3. Autorização da ANP relativa à operação pretendida  3. Identificação do terminal para o qual se deseja o acesso  4. Serviço pretendido  4.1. Período e datas de início e fim  4.2. Nome do(s) produto(s) a ser(em) movimentado(s)  4.3. NCM e código ANP do produto  4.4. Quantidade de produto(s) a ser(em) movimentado(s)  4.5. Modais de carga e descarga  4.5.1. Nome da embarcação, caso aplicável  4.5.2. Identificação do duto de transporte, caso aplicável.        (a que se refere a alínea f, do inciso II, do art. 16 da Resolução ANP nº XXXX, de [DIA] de [MÊS] de [ANO])  CONTEÚDO DO REGISTRO HISTÓRICO DOS VOLUMES DIÁRIOS MOVIMENTADOS NO TERMINAL      1. Campos obrigatórios nos registros da movimentação diária:  2. Data da movimentação  3. Código ANP do terminal  4. Nome do terminal  5. Localidade do terminal  6. Código ANP do produto  7. Nome do produto  8. Volume movimentado (em m³)  9. Tipo de movimentação (transbordo, carga, descarga)  10. Modal (rodoviário, ferroviário, cabotagem, longo curso, dutoviário)  11. Sigla da unidade federativa (UF) de origem do produto (nacional) ou nome do país de origem (internacional)  12. Sigla da unidade federativa (UF) de destino do produto (nacional) ou nome do país de destino (internacional) | ~~(a que se refere o inciso II, do art. 15 da Resolução ANP nº XXXX, de [DIA] de [MÊS] de [ANO])~~  ~~CONTEÚDO DO FORMULÁRIO DA SOLICITAÇÃO DE ACESSO~~    ~~Conteúdo mínimo do documento “solicitação de acesso”:~~    ~~1. Data da solicitação~~  ~~2. Terceiro interessado:~~  ~~2.1. CNPJ da empresa solicitante~~  ~~2.2. Razão social da empresa solicitante~~  ~~2.3. Autorização da ANP relativa à operação pretendida~~  ~~3. Identificação do terminal para o qual se deseja o acesso~~  ~~4. Serviço pretendido~~  ~~4.1. Período e datas de início e fim~~  ~~4.2. Nome do(s) produto(s) a ser(em) movimentado(s)~~  ~~4.3. NCM e código ANP do produto~~  ~~4.4. Quantidade de produto(s) a ser(em) movimentado(s)~~  ~~4.5. Modais de carga e descarga~~  ~~4.5.1. Nome da embarcação, caso aplicável~~  ~~4.5.2. Identificação do duto de transporte, caso aplicável.~~        ~~(a que se refere a alínea f, do inciso II, do art. 16 da Resolução ANP nº XXXX, de [DIA] de [MÊS] de [ANO])~~  ~~CONTEÚDO DO REGISTRO HISTÓRICO DOS VOLUMES DIÁRIOS MOVIMENTADOS NO TERMINAL~~      ~~1. Campos obrigatórios nos registros da movimentação diária:~~  ~~2. Data da movimentação~~  ~~3. Código ANP do terminal~~  ~~4. Nome do terminal~~  ~~5. Localidade do terminal~~  ~~6. Código ANP do produto~~  ~~7. Nome do produto~~  ~~8. Volume movimentado (em m³)~~  ~~9. Tipo de movimentação (transbordo, carga, descarga)~~  ~~10. Modal (rodoviário, ferroviário, cabotagem, longo curso, dutoviário)~~  ~~11. Sigla da unidade federativa (UF) de origem do produto (nacional) ou nome do país de origem (internacional)~~  ~~12. Sigla da unidade federativa (UF) de destino do produto (nacional) ou nome do país de destino (internacional)~~ | | Exclusão conforme comentários anteriores |

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: audiencia\_sim\_251@anp.gov.br